

ILUSTRÍSSIMO (A) SECRETÁRIO (A) ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEMAS

CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

TRIBUNAL DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS AMBIENTAIS - TRA

Processo nº 15896/2021

Auto de Infração nº AUT-2-S/21-04-00389

REBELO E ALVES COMERCIO E NAVEGAÇÃO LTDA, já identificado nos autos do Processo Administrativo em epígrafe, vem, por intermédio de advogado subscrito, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, nos termos do Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95, servindo-se dos fundamentos fáticos e jurídicos a seguir expostos:

I – SÍNTESE DOS FATOS.

Preliminarmente, cumpre salientar que, nos autos em epígrafe, consta autuação em nome da Recorrente, AUT-2-S/21-04-00389, descrevendo a infração de “*não apresentar o RIAA no prazo estabelecido na LO nº 6098/2011, alusivo aos períodos de 2011/2012, 2012/2013 e 2013/2014*”.

Importante esclarecer que, em Relatório de Fiscalização constante nos autos, descreve-se que a autuada teria informado cumprimento parcial da obrigação, quando a bem verdade a empresa citou exemplo de ausência de informações prestadas pela Secretaria para cumprimento de condicionantes, esclarecendo que notificações encaminhadas não eram claras, e não descreviam com exatidão o que estavam requerendo, em momento algum sendo dito que não houve cumprimento, apenas demonstrando o cenário a qual a empresa foi submetida eivado de exemplos de cerceamento de defesa e morosidade que, por consequência, inviabilizavam, dificultavam e prolongavam a resolução e cumprimento integral em tempo hábil.

No entanto, conforme detalhado em defesa administrativa e, no presente Recurso, reiterado, em hipótese alguma, a infração descrita no auto de infração constante no referido processo, pode ser imputada a Recorrente, tendo em vista que, a Recorrente se encontra em regularidade com suas licenças, tendo cumprido as condicionantes e apresentado os documentos necessários para o exercício regular da sua atividade sem qualquer ocorrência de dano ao meio ambiente.

Desse modo, conforme facilmente poderá ser demonstrado a seguir, diante da documentação que será colacionada, a Recorrente se encontra amparada dentro dos preceitos

legais e fáticos, sem ter cometido qualquer ilícito que pudesse ter ocasionado a lavratura do referido Auto de Infração.

II – DO DIREITO.

II.1 DA FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO EM JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA. DOS ARGUMENTOS APRESENTADOS PELA DEFESA E IGNORADOS PELA PROCURADORA EM PARECER JURIDICO. DA NECESSÁRIA ANÁLISE DETALHADA DOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS PELA RECORRENTE.

Ilustre Autoridade Julgadora, tem-se por necessário discorrer do precário julgamento proferido em 1ª instância pelo R. Secretário quando do acolhimento dos termos constantes em Parecer Jurídico.

Em respeitáveis termos, esclarece-se que o referido julgamento, quando acolheu Parecer Jurídico em sua íntegra, assim como em mencionado parecer, não fundamentou de forma coerente e concisa as razões para as negativas dos pleitos da Recorrente.

Ressalta-se que, em referido julgamento fora julgado procedente o Auto de Infração AUT-2-S/21-04-00389 em nome da empresa Recorrente pelo suposto descumprimento de condicionantes em LO nº 6098/2011.

Destaca-se que, em parecer jurídico não foram analisados todos os argumentos trazidos em Impugnação, assim como foram distorcidas as informações apresentadas.

Primeiramente pondera-se que o Parecer Jurídico se deteve em divagar acerca da proteção jurídica ao meio ambiente, afirmando-se quanto as leis e regulamentos vigentes em prol da proteção e preservação ambiental, ressaltando-se que o presente caso em nada se relaciona a dano ambiental tratando-se de suposta irregularidade documental sem qualquer consequência geradora de dano ao meio ambiente, não havendo azo para o tópico em parecer.

Se aduz ainda em parecer jurídico que regularidade e legalidade de autuação estariam respaldadas pelo auto de infração e relatório de fiscalização, sem ponderar acerca do decurso do tempo das informações utilizadas por base para a autuação, que por si só já possuem carga de insegurança e cerceamento de defesa diante da impossibilidade de se fundamentar autuação datada do ano de 2021 em relatos obtidos no ano de 2015 e 2017.

Ora Excelência, auto de infração ora combatido se respalda em dados constantes em processo datado do ano de 2015, ou seja, 06 (seis) anos antes da autuação, destacando Parecer Técnico e Parecer Jurídico emitidos em 2016.

Órgão ambiental ora autuador afirma que a empresa não teria cumprido condicionante relativa aos anos de 2011 à 2014, sem trazer dados concretos ou documentação demonstrando todo o procedimento ocorrido nesses anos anteriores, até a emissão da licença que, entende-se, quando emitida e entregue à empresa, pela sua regularidade.

Necessário ainda ponderar que parecer jurídico imputa necessária aplicação do princípio da precaução e prevenção, entretanto deixa de discorrer quanto aos princípios do contraditório e da ampla defesa da empresa quando da impossibilidade de obtenção de toda gama documental e tramitações nos autos de fatos ocorridos a mais de 05 anos da autuação, bem como sobre a contradição constante em tópico acerca da gradação da pena que, em seguida será pontuado.

Assim, resta evidenciado que parecer jurídico não analisara em sua totalidade os fatos narrados e comprovados em Impugnação Administrativa, assim como não fora cuidadosamente verificado, antes da autuação, o lapso temporal decorrido que cerceia a defesa da empresa diante da inexistência de todos os fatos e documentação dentro do próprio órgão autuador, para completa análise.

II.II – SUBSIDIARIAMENTE.DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES INOBSERVADAS NO MOMENTO DA IMPUTAÇÃO DO VALOR ARBITRADO NO AUTO DE INFRAÇÃO E NA MANUTENÇÃO DE MULTA EM JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. DA REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO.

Ilustre Autoridade julgadora, no hipotético caso de não acolhimento do pleito alhures defendido, tem-se por justo que não há como prosperar a multa arbitrada em Auto de Infração, tendo em vista a completa inobservância, das circunstâncias atenuantes existentes, no Auto de Infração ora combatido.

Repisa-se que, para a estipulação de uma multa em Auto de Infração Ambiental, critérios objetivos devem ser analisados, afim de que a multa possua somente o caráter pedagógico e não expropriatório, afim de que não se prejudique a continuidade das atividades empresariais.

Diante deste quadro, torna-se evidente que **TODAS AS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES se encontram presentes no presente caso, entretanto, absolutamente nenhuma fora levada em consideração no momento da lavratura do Auto de Infração e quantificação da multa, assim como diante da manutenção da mesma em julgamento.** Senão vejamos:

Primeiramente, deve-se levar em consideração a gravidade dos fatos e a possível consequência do suposto dano para o meio ambiente, contudo, no que se refere a isto, não há o que se falar em fato grave, muito menos em consequências para saúde e meio ambiente, haja vista que não existe qualquer indício de ocorrência de dano ou poluição ao meio ambiente.

Em segundo lugar, é imperioso ser levado em consideração os antecedentes da Recorrente, que também fora assustadoramente desconsiderado, já que a Recorrente **JAMAIS FORA AUTUADA OU DESCUMPRIU LEGISLAÇÃO AMBIENTAL**.

Se não fosse suficiente, é sabido que a situação econômica do infrator deve ser considerada no momento da lavratura do AI, o que, mais uma vez, não fora abordado no Auto de Infração, ensejando o caráter confiscatório do mesmo, tendo em vista que, de forma abusiva, fora arbitrada uma multa de 450 UPF-PA, o que caracteriza um verdadeiro absurdo!

Ora Ilustre Autoridade Julgadora, fica evidente diante da análise dos dispositivos legais acima transcritos, que absolutamente nenhuma das atenuantes foram abordadas diante da manutenção da multa arbitrada, ficando evidente o caráter confiscatório do mesmo, devendo, assim, ser minorado.

A minoração do valor do Auto de Infração, tendo em vista a presença de omissões e vícios no seu corpo, é plenamente admitida por nossos tribunais, vejamos:

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. IBAMA. **NULIDADE PARCIAL DO AUTO DE INFRAÇÃO. CONVERSÃO DA MULTA EM ATIVIDADES DE RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.** IMPOSSIBILIDADE. ATO DISCRICIONÁRIO. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. PASSERIFORME SILVESTRE EM DESACORDO COM A LICENÇA OBTIDA. O auto de infração está fundamentado, entretanto não se pode presumir que as aves regulares acobertavam as demais (indevidamente registradas). Além disso, tal conduta não se enquadra como infração ambiental, o que impõe a declaração de nulidade parcial do auto de infração, pois não descrita no Decreto nº 6.415/2008. A conversão da multa em atividades de recuperação da qualidade do meio ambiente constitui ato discricionário do órgão ambiental, que analisa a hipótese apresentada a fim de verificar a efetiva adequação da penalidade à infração, não cabendo ao judiciário o estabelecimento do valor a ser pago ou a modificação da sanção.

(TRF-4 - AC: 50420560920134047000 PR 5042056-09.2013.404.7000, Relator: CANDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR, Data de Julgamento: 24/03/2015, QUARTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 26/03/2015)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO RECONHECIDA NA INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA. PODER JUDICIÁRIO. CONTROLE DA LEGALIDADE DO LANÇAMENTO FISCAL. **NULIDADE PARCIAL DO AUTO DE INFRAÇÃO. POSSIBILIDADE.** 1. O STJ deu provimento a recurso especial interposto pela parte autora, suscitando, entre outras teses, a violação ao art. 535 do CPC, e determinou a volta dos autos a este Tribunal Regional para integrar a lacuna apontada nos embargos de declaração antes opostos. 2. Alegação da parte autora acerca da impossibilidade de o Poder Judiciário retificar o lançamento tributário, sob pena de invasão da esfera privativa da Administração Fazendária. Ausência de

manifestação do acórdão sobre a matéria. Vício que se passa a sanar. 3. Na esteira da doutrina, "o poder judiciário poderá ser chamado a interferir no controle de legalidade do procedimento de lançamento ou da lesão de direito, podendo anular no todo ou em parte o lançamento". 4. Contradição apontada e reconhecida no acórdão, ao afirmar o provimento parcial da apelação "apenas" para determinar a redução da multa aplicada, quando a decisão da Turma também assegurou a impossibilidade de ampliação da base de cálculo da COFINS, nos termos efetivados pelo art. 3º, parágrafo 1º, da Lei 9718/98. Embargos de declaração parcialmente providos para integrar a omissão apontada, sem atribuir-lhes, contudo, efeitos modificativos.

(TRF-5 - EDAC: 20078300004132003, Relator: Desembargador Federal José Maria Lucena, Data de Julgamento: 12/12/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: 18/12/2013)

Ressalta-se que, Parecer Jurídico resta contraditório quando verifica-se que a multa é classificada em caráter leve, entretanto é indicado artigo 120, III de Lei Estadual nº 5.887/93, que trata de multas classificadas como gravíssimas, restando, em qualquer das hipóteses, desproporcional o arbitramento do valor de 450 UPF-PA aplicado, na medida em que a mencionada lei, em artigo fundamentado, quando considerado o caso em questão classificado como de caráter leve, resta limitado o menor valor em 250 vezes o valor nominal da UPF-PA (Art. 122, I da Lei Estadual nº 5.887/93), não restado, repisa-se, fundamentos para arbitrar importe de 450 UPF-PA, sendo minimamente proporcional, em caso de não reconhecimento inexistência de ilícito, o que não se espera, da aplicação do mínimo culminado, ou seja, 250 UPF-PA.

Assim, em que pese a multa ambiental possuir caráter educativo, de forma a proteger o meio ambiente, necessário ser observado os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, considerando a peculiaridade de cada caso no momento de ser aplicada sanção.

Destaca-se que, não existe qualquer menção a ocorrência de dano ou poluição ambiental causada por conduta da empresa inexistindo assim notícias de qualquer dano ao meio ambiente.

Restando ainda evidenciado a ausência de circunstâncias agravantes e conforme todo o já relatado/comprovado, além de não ser reincidente o autuado, este Juízo, mesmo com imputações equivocadas de infrações que o mesmo comprovadamente não cumpriu, ainda assim reconhece natureza leve ao imputado à empresa.

Isto posto, pugna a Recorrente pela readequação com a redução do valor aferido no Auto de Infração AUT-2-S-21-04-00389 para o importe de, no máximo, 250 UPF-PA, haja vista a desproporcionalidade do mesmo e flagrante desrespeito as circunstâncias atenuantes preenchidas pela Empresa Autuada, bem como a inexistência de comprovações para os critérios de fixação adotados, não havendo razões para a manutenção apontada em julgamento em 1ª instância.

III – DOS PEDIDOS.

Ante todo o exposto, a Recorrente requer:

- a) O recebimento deste Recurso Administrativa, nos termos do Art. 143 da Lei Estadual nº 5.887/95, por estarem preenchidos todos os requisitos e pressupostos necessários para tanto;
- b) Preliminarmente, a decretação de Nulidade do Auto de Infração nº **AUT-2-S/21-04-00389**, diante do evidente cerceamento de defesa ante lapso temporal decorrido;
- c) Que seja **decretada a improcedência do Auto de Infração nº AUT-2-S/21-04-00389**, diante da total impossibilidade, ante a robusta fundamentação colacionada aos autos, de responsabilização e imputação de qualquer conduta ilícita à REBELO E ALVES COMERCIO E NAVEGAÇÃO LTDA;
- d) Que, no caso do não acolhimento do pedido de improcedência acima, o que não se espera, que seja decretada a diminuição do valor global da multa, proposto o importe de, no máximo, 250 UPF-PA, tendo em vista que a Recorrente se enquadra em absolutamente todas as circunstâncias atenuantes, assim como inexistem evidências de qualquer dano/poluição ao meio ambiente.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Belém, 10 de julho de 2024.

JOAO PAULO DE
KOS MIRANDA
SIQUEIRA

Assinado de forma digital
por JOAO PAULO DE KOS
MIRANDA SIQUEIRA
Dados: 2024.07.10
11:43:12 -03'00'

JOÃO PAULO DE KÓS MIRANDA SIQUEIRA
OAB/PA 19.044

KARINA
TUMA
MAUES

Assinado de forma
digital por KARINA
TUMA MAUES
Dados: 2024.07.10
11:45:44 -03'00'

KARINA TUMA MAUÉS
OAB/PA 18.634